

EXCLUSIVO ENTREVISTA

Crise política em França: “Macron tem poucas opções, nenhuma delas muito boa”

Giovanni Capoccia, professor de Política Comparada da Universidade de Oxford, analisa a situação política em França, situando as raízes da crise actual nas eleições de 2022.

André Certã

5 de Dezembro de 2024, 17:12



Giovanni Capoccia: "Era muito difícil fazer qualquer coisa que pudesse apaziguar Marine Le Pen" CORTESIA/ GIOVANNI CAPOCCIA

- Leia também: [Michel Barnier apresentou a sua demissão de primeiro-ministro de França \(https://www.publico.pt/2024/12/05/mundo/noticia/barnier-vai-apresentar-demissao-cargo-primeiroministro-franca-2114533\)](https://www.publico.pt/2024/12/05/mundo/noticia/barnier-vai-apresentar-demissao-cargo-primeiroministro-franca-2114533)

Desde a dissolução da Assembleia Nacional pelo Presidente francês, Emmanuel Macron, que a política francesa entrou numa fase quente. A nomeação de Michel Barnier, com apoio implícito da União Nacional de Marine Le Pen, baixou o lume, mas o teste de fogo do

orçamento da segurança social de 2025 e a insistência em Barnier aprovar sem ter de passar pelo Parlamento levaram a que a esquerda e a extrema-direita se juntassem para uma moção de censura que derrubou (<https://www.publico.pt/2024/12/04/mundo/noticia/governo-frances-derrubado-mocao-censura-assembleia-nacional-2114450>) o Governo e provocou a demissão (<https://www.publico.pt/2024/12/05/mundo/noticia/barnier-vai-apresentar-demissao-cargo-primeiro-ministro-franca-2114533>) do primeiro-ministro.

No entanto, à conversa com o PÚBLICO, Giovanni Capoccia, professor de Política Comparada da Universidade de Oxford, diz que as "raízes" da crise política encontram-se muito mais cedo, nas eleições legislativas de 2022, que provocaram um efeito-dominó que culminou na situação actual. Agora, para Capoccia, há três opções que podem ser tomadas por Macron, "nenhuma delas muito boa".

Como é que chegámos aqui e porque é que o Governo caiu nesta questão em particular?

Penso que as raízes desta situação estão nas eleições de 2022, quando o Governo centrista perdeu a maioria. Macron tinha acabado de ganhar o segundo mandato mas, nas eleições legislativas realizadas em Junho desse ano, os seus partidos não tinham maioria na Assembleia Nacional. Durante cerca de dois anos, cambalearam sem maioria no Parlamento, com diferentes governos.

A situação era tal que, em síntese, Le Pen beneficiava, por um lado, do comportamento extremo da extrema-esquerda no Parlamento e fora dele, e do facto de o Governo não ter maioria. Assim, ela podia simplesmente votar contra o Governo e, ao mesmo tempo, apresentar-se como a oposição responsável.

Isto levou a uma subida da União Nacional nas sondagens, o que induziu, após a forte prestação da União Nacional nas eleições europeias de Junho passado, Emmanuel Macron a dissolver o Parlamento, em 2024.

Porquê começar com 2022?

Estou a começar a história com 2022 porque penso que é essa a causa principal, não a dissolução. A dissolução foi uma forma de evitar que Marine Le Pen ficasse simplesmente sentada e subisse nas sondagens até que, em 2027, ganhasse a Presidência. A dissolução conduziu a uma situação em que o centro e a maior parte da esquerda formaram acordos eleitorais para apoiar o candidato de cada um.

Isso gerou essencialmente um Parlamento em que havia três blocos, um de extrema-direita, um bloco centrista, ao qual podemos acrescentar a direita moderada d'Os Republicanos, e depois uma coligação bastante heterogénea à esquerda, a Nova Frente Popular, que incluía uma França Insubmissa bastante extremista, uma mistura de partidos mais ou menos moderados mais pequenos e o Partido Socialista, que aumentou os seus mandatos a partir de 2022, mas não ao ponto de substituir a França Insubmissa como maior partido da coligação.

Era uma difícil quadratura do círculo. Macron acabou por nomear Michel Barnier como alguém que poderia basear-se no centro mas com a tolerância da União Nacional, que foi a perdedora de certa forma destas eleições, graças às alianças entre a esquerda e a direita.

Barnier esteve cerca de três meses em funções, tentando falar com toda a gente, mas sendo essencialmente um governo centrista que foi tolerado pela extrema-direita, porque a coligação de esquerda em bloco recusou negociar.

No momento do orçamento, uma série de circunstâncias (<https://www.publico.pt/2024/12/03/mundo/noticia/ha-mocao-censura-franca-acontecer-2114274>) externas exógenas, que tinham a ver principalmente com os problemas judiciais de Le Pen, levaram-na a retirar o apoio (<https://www.publico.pt/2024/12/02/mundo/noticia/governo-frances-risco-face-ameaca-mocao-censura-uniao-nacional-2114115>) ao Governo. Foi assim que chegámos aqui.

Mesmo após a dissolução, poderia Barnier ter evitado este desfecho?

É difícil dizer com certezas, porque não estamos nas salas fechadas onde decorrem as negociações.

No entanto, na entrevista dada por Barnier ontem à noite à televisão francesa, o primeiro ministro mencionou, numa altura em que ainda não estava a tentar alienar a União Nacional (apesar de já ser muito claro nessa altura que iriam votar contra ele), que Marine Le Pen (<https://www.publico.pt/2024/11/26/mundo/noticia/le-pen-ameaca-orcamento-governo-barnier-franca-tremer-euro-2113419>) lhe pediu primeiro que introduzisse uma de duas medidas no debate: o restabelecimento do reembolso de certos medicamentos que planeava retirar ou a indexação de algumas pensões. Depois, quando Barnier corrigiu o plano do orçamento para incluir o reembolso de alguns medicamentos, Le Pen disse-lhe que também tinha de incluir a indexação das pensões.

Portanto, parece que a resposta à sua pergunta é provavelmente não. Ou seja, era muito difícil fazer qualquer coisa que pudesse apaziguar Marine Le Pen, porque o seu objectivo era, provavelmente, fazer cair o Governo para, por um lado, desviar a atenção dos seus problemas judiciais pessoais, que poderiam levá-la a ficar inelegível nos próximos cinco anos. Só o saberemos na Primavera.

Além disso, se a crise constitucional a que estamos a assistir se aprofundar ao ponto de Macron ter de se demitir, isso pressionaria os juízes, que poderiam ser induzidos a não impor uma inelegibilidade imediata quando a campanha presidencial está prestes a começar, na qual Marine Le Pen seria a principal candidata.

Referiu que Le Pen poderá estar a utilizar a queda do Governo como um instrumento de distração do seu processo judicial. Le Pen já afirmou que os procuradores querem provocar a sua “morte política”. Que implicações judiciais pode ter esta situação?

Se for verdade - não sabemos ao certo, mas parece que sim - que Le Pen decidiu derrubar o Governo de Barnier por causa dos seus problemas judiciais (<https://www.publico.pt/2024/11/20/mundo/noticia/marine-le-pen-acusa-procuradores-franceses-quererem-morte-politica-2112682>) e se a crise constitucional levar à demissão (<https://www.publico.pt/2024/10/08/mundo/noticia/processo-destituicao-macron-rejeitado-assembleia-nacional-francesa-2107024>) de Macron (como ela disse que deveria acontecer, tanto numa entrevista esta manhã como no Parlamento esta noite), então haverá uma nova eleição presidencial a ser convocada no início do ano ou mesmo na primeira metade do ano, e isso poderá pressionar os juizes (<https://www.publico.pt/2024/10/15/mundo/noticia/marine-le-pen-interrogada-processo-desvio-fundos-europeus-2107960>) a não a declararem imediatamente inelegível. Porque o que ela queria dizer era: “Acham que sou culpada, mas porque é que estão a aplicar a sanção de inelegibilidade imediatamente antes de eu recorrer?”

Penso que esta pode ser uma forma de pressionar os juizes porque, se houver uma campanha eleitoral presidencial em breve e ela for a candidata com a liderança nas sondagens, pode pensar que os juizes não se atreverão a eliminá-la da corrida.

O que é que se segue? Parece que agora está nas mãos de Macron...

Sim, sem dúvida. A bola volta para o lado dele. Em primeiro lugar, qualquer novo governo (<https://www.publico.pt/2024/08/30/mundo/noticia/tres-cenarios-governo-franca-recusa-esquerda-macron-2102173>) deve apresentar um orçamento e, de seguida, o Parlamento tem 50 dias para o discutir. Mas isso significa que vamos entrar em 2025 e será necessário um “voto de recondução” para prolongar o orçamento de 2024 até à aprovação de um novo orçamento. É pouco provável que a oposição bloqueie a votação, porque a alternativa seria um encerramento do Governo ao estilo americano ou o recurso ao poder de emergência por parte de Macron. Mas, para além disso, ele tem poucas opções, nenhuma delas muito boa.

Uma delas é reconduzir um novo governo com uma personalidade semelhante à de Barnier, digamos, Bruno Retailleau (<https://www.publico.pt/2024/09/23/mundo/noticia/novos-ministros-tomam-posse-franca-criticas-linha-governo-2105193>) ou alguém do género, que apresente um orçamento que inclua todos os pedidos da União Nacional, a fim de obrigar o partido a dar o seu apoio. Mas uma acção assim colocaria os centristas em sérias dificuldades, ao mesmo tempo que não garantiria o apoio (<https://www.publico.pt/2024/09/09/mundo/noticia/macron-le-pen-terao-acordo-secreto-garantir-nomeacao-barnier-2103457>) do partido de extrema-direita nos meses seguintes.

A outra opção seria ter um governo diferente, mais ao centro-esquerda. Mas isso exigiria que, para ser politicamente viável, os socialistas rompessem a coligação com o resto da esquerda, porque um governo só de esquerda não duraria muito tempo no Parlamento. Seria imediatamente censurado. Por isso, é impossível.

Mas não é uma decisão óbvia. Muitas pessoas estão a defender essa decisão, incluindo muitas pessoas dentro do Partido Socialista. Romper com a Nova Frente Popular não é fácil porque o sistema eleitoral em França exige alianças. Por conseguinte, se os socialistas, que neste momento nem sequer são o partido mais forte dessa aliança, se separarem agora da aliança de esquerda, é provável que ainda tenham de formar uma aliança com outros partidos de esquerda (<https://www.publico.pt/2024/08/26/mundo/noticia/macron-afasta-governo-nova-frente-popular-nome-estabilidade-institucional-2101895>) nas novas eleições, que poderão ser convocadas muito em breve, depois do próximo Verão.

Portanto, resta saber se isso será feito. Ao mesmo tempo, essa seria a única forma de um governo centrista que incluísse tanto a direita moderada como a esquerda moderada poder ver a luz. Se essa coligação incluísse também alguns partidos minoritários não-alinhados, poderia até ter uma maioria no Parlamento. Mas seria uma coligação muito heterogénea e frágil.

Uma terceira opção seria um governo tecnocrático. Ou seja, um governo que formalmente não é político, com uma personalidade como um ex-primeiro-ministro, talvez alguém que esteja fora da vida política, alguém como o ex-primeiro-ministro Edouard Balladur. Ou um alto funcionário público, que se limita a aprovar o orçamento, a ouvir toda a gente e a tentar encontrar um ponto de equilíbrio. Realisticamente, porém, é pouco provável que um governo tecnocrático seja bem-sucedido, embora possa ser uma opção até à realização de novas eleições no próximo Verão.

Então, um pouco como a solução italiana?

Sim, seria uma solução semelhante à dos governos tecnocráticos chefiados por Mario Monti ou Mario Draghi em Itália.

Referiu Retailleau, que é, mesmo neste Governo, uma figura associada a uma direita mais conservadora do que a maioria dos seus membros. Alguns membros da União Nacional chegaram mesmo a mencionar este facto, sendo alguém que pode estar próximo deles. Parece pouco provável que os centristas apoiem um governo de direita com a extrema-direita. É provável que seja encontrada uma solução à direita na actual Assembleia Nacional?

Não há boas opções. Essencialmente, tem razão quando diz que, bem, Le Pen acabou de matar o seu Governo. Porque é que o centro voltaria a seguir o mesmo caminho, para se expor ao mesmo risco? É um ponto de vista justo. Mas se não há alternativa à esquerda, e a opção tecnocrática não funciona, essa pode ser a única opção que resta, por muito má que seja, só porque as outras são inviáveis numericamente e politicamente.

É uma equação muito difícil, e não há boas soluções. A solução menos instável do ponto de vista do apoio parlamentar seria a que incluísse os socialistas, os centristas e a direita moderada, mas, como referi, não é claro que isso venha a acontecer.

Finalmente, sobre o orçamento, referiu que, se não for aprovado um novo orçamento até 1 de Janeiro, será necessário adoptar uma lei de recondução. A imprensa fala disso como não sendo muito provável, mas é possível que ocorra uma situação de *shutdown* do Estado francês?

Estou de acordo. Em França, é extremamente improvável um *shutdown* ao estilo americano. Tal como referi, é pouco provável que as oposições impeçam a passagem do orçamento de 2024 para 2025, até que seja aprovado um novo orçamento. E mesmo no cenário muito improvável em que decidissem fazê-lo, Macron usaria provavelmente os poderes de emergência garantidos pela Constituição para evitar um *shutdown*.



Abrir portas onde se erguem muros

Siga-nos

- ✉ Newsletters
- 🔔 Alertas
- f Facebook
- ✕ X
- 📷 Instagram
- in LinkedIn
- ▶ Youtube
- 📡 RSS

Sobre

- Provedor do Leitor
- Ficha técnica
- Autores
- Contactos
- Estatuto editorial
- Livro de estilo
- Publicidade
- Ajuda

Serviços

- Aplicações
- Loja
- Meteorologia
- Imobiliário

Assinaturas

- Edição impressa
 - Jogos
 - Newsletters exclusivas
 - Estante P
 - Opinião
 - Assinar
-

Informação legal

- Principais fluxos financeiros
- Estrutura accionista

Regulamento de Comunicação de Infracções

Política para a prevenção da corrupção e infracções conexas

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção

[Gerir cookies](#)

[Ajuda](#)

[Termos e condições](#)

[Política de privacidade](#)

EMAIL MARKETING POR



@ 2024 PÚBLICO Comunicação Social SA